

Adriano Moreira

**O PODER POLÍTICO
E O APELO À TRANSCENDÊNCIA**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

O PODER POLÍTICO E O APELO À TRANSCENDÊNCIA

AUTOR

ADRIANO MOREIRA

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

ISBN

978-972-623-242-1

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

O PODER POLÍTICO E O APELO À TRANSCENDÊNCIA

Adriano Moreira

A guerra tem uma relação difícil com dois imperativos, que não são apenas cristãos, mas são essenciais para a visão cristã do mundo e da vida: em primeiro lugar o mandamento que ordena não matar; depois a resposta de Cristo sobre as duas faces da moeda, ao mandar dar a Deus o que é de Deus, e a César o que é de César.

A volumosa literatura sobre a *guerra justa* teve um ponto final no Concílio Vaticano II ao considerar justa apenas a *guerra defensiva* – que em todo o caso é guerra –, e uma narrativa de graves conflitos no que toca ao respeito pela separação entre o que é de Deus e o que é de César.

Deve registar-se que o objectivo de conseguir eliminar as disputas de interesses entre os povos, que historicamente causaram as mais das destruidoras das guerras, também foi assumido por reputados pensadores a lidar com o direito internacional, e a sua capacidade de preservar a paz. É a este propósito que se fala do *world government*, um tema actualizado com urgência pela crise do globalismo sem governança, e sempre com respostas poucos observadas. A ambição é a de possuir uma governança unitária de todos os povos da morada comum que é a Terra, de modo a que todas as disputas possam ser resolvidas por uma decisão obrigatória e não pela força, o que exige uma jurisdição geral respeitada, aplicando a lei aprovada em instituições representativas.

Esta forma de governança mundial teve em Kant (1724-1804) um advogado cuja alegação, o *Projecto de Paz Perpétua*, continua presente no discurso académico, e na inspiração dos pacifistas. Era para ele uma lógica consequência da ética que formulava, e esteve presente no pensamento dos fundadores da Sociedade das Nações de breve vida, e nos que retomaram o tema ao fundarem a ONU depois do fim da guerra de 1939-1945.

Os factos animam os que, proclamando-se realistas, sublinham a ineficácia de todas as instituições criadas sob aquela inspiração, admitem que a semântica, abusando da submissão das palavras, omite usar a palavra guerra em favor, por exemplo, de insurreição, de guerrilha, ou, mais equivocadamente, *guerra atípica*, mas que a subida aos extremos não é evitável de maneira absoluta.

A rica teoria de Projectistas da Paz, que ao longo de séculos se ocuparam sobretudo de organizar o convívio pacífico das potências europeias, as quais viriam a impor um domínio colonial ao resto do mundo, foram omitidos pelos estadistas de todos as tendências governativas. Quando Frederico da Prússia tomou conhecimento do *Projet pour rendre la Paix Perpetuelle en Europe*, do Abbé de Saint-Pierre, publicado em

1713 depois da Paz de Utrecht, na linha de Emeric Crucé (1623), de William Penn (1693), de Leibnitz (1677), observou que tudo lhe parecia excelente, faltando porém um detalhe que era o *acordo das potências*. Embora os textos da ONU, e o estatuto do Tribunal Penal Internacional, não ignorem a premissa de colocar a jurisdição legal no lugar dos combates guerreiros, a observação prussiana continua válida: a proibição ética de matar não é geralmente observada, muito para além da legítima defesa, multiplicando-se os crimes de guerra, os genocídios, os crimes contra a Humanidade.

Por outro lado, a diversidade das áreas de competência, entre reservar a Deus o que é de Deus, e a César o que é de César, tem uma narrativa histórica sombria, que nesta viragem do Milénio assumiu uma gravidade esdrúxula com o terrorismo global: *o apelo aos Céus ouve-se com frequência inquietante*, umas vezes rogando a bênção divina para a Nação que o Estado serve, outras arrastando Deus para o campo de batalha, como acontece com o terrorismo.

Sendo este o mais ameaçador fenómeno de repúdio da parábola da Moeda, é útil recordar alguns dos graves desvios históricos da obediência à separação, para avigorar a convicção de que Deus não deve ser incluído nos conceitos estratégicos das potências ou dos poderes atípicos que se multiplicam.

Não é difícil recordar exemplos da relação cristã entre o poder de César e o Poder da Igreja, em que o conflito pela proeminência teve sérias consequências, divergentes do esperado pelo cumprimento dos mandamentos: uma evolução que pode referir-se à teoria das duas espadas, com expressão por Gelásio I, na oitava Carta ao Imperador Anastácio, e na *Bula Unam Sanctam*, esta dada em Latrão no oitavo ano do seu Pontificado (1302).

É pleno de significado o seguinte parágrafo: “pelas palavras do Evangelho ficamos cientes de que, nesta e na sua potestade há duas espadas: a espiritual e a temporal, ... quem negue que na potestade de Pedro existe espada temporal, não interpreta correctamente as palavras proferidas pelo Senhor:” Guarda tua espada na bainha.” (MT.26,52). Uma e outra espada estão pois na potestade da Igreja, a espiritual e a material. Mas esta tem de esgrimir-se em favor da Igreja; aquela, pela própria Igreja”.

Na origem do Reino de Portugal, desde o início das negociações com a Santa Sé em 1143, D. Afonso Henriques ofereceu-se como *Miles Christi*, e quando, adiantado em anos de vida e combate, recebeu finalmente, pela *Bula Manifestis Probatum est*, firmada em 23 de Maio de 1179, o reconhecimento da independência por Roma, vem invocado que é concedido porque: “pelos esforços e combates militares tens por muitas maneiras favorecido a Sacrossanta Igreja, como filho fiel, sendo um vencedor dos inimigos da fé cristã que propagas, dando exemplo que não será esquecido.” As Ordens Militares, os Prelados envolvidos nos combates da reconquista, a tarefa das Descobertas e Conquistas

” em busca de cristãos e de especiarias”, os títulos reais de Católico, Fidelíssimo, Cristianíssimo, assim como o passivo dos excessos das Cruzadas, e os tremendos custos materiais e humanos das guerras religiosas no espaço da cristandade, obrigam a meditar nos graves desvios que a inclusão dos valores religiosos nos conceitos estratégicos da política tende para implantar, ao mesmo tempo que teólogos e juristas foram os principais dinamizadores do direito internacional, da definição da guerra justa, do respeito pela dignidade dos povos encontrados, uma tarefa em que se destacaram Las Casas, Vitória, Molina, Suarez.

Exemplos como aquele, agora consagrado pela canonização, que foi dado por D. Nun’Alvares Pereira, apontam para o apelo a Deus para que a acção militar necessária não fira e impeça a santidade do combatente. O insuspeito Oliveira Martins, escrevendo em 1883, concluía o seguinte:” a piedade e o amor, a oração e a caridade, punham-lhe em movimento real e constante a imaginação religiosa, quer nas horas críticas da guerra, quer nos instantes plácidos da paz...”

Esta relação com a transcendência implora a capacidade de manter a própria conduta fiel aos valores da fé neste guerreiro que construiu templos para os muçulmanos, mas não inclui esses valores no objectivo estratégico de impor a submissão dos adversários até ao limite do ponto final em que se traduz a liquidação dos vivos, o modelo das noites de S. Bartolomeu.

A crença moderna, nascida no século anterior à Revolução, com Galileu (1564-1642), Descartes (1896-1650), Newton (1642-1727), o avanço técnico que apoiou o domínio do Globo pelos Ocidentais, e ao afastamento dos paradigmas religiosos pelo normativismo dos Estados, tudo anunciou o fenómeno que Raymond Aron identificou como o objectivo da *salvação laica* neste mundo. Pelo que toca à guerra, os autores adoptados foram, por um lado, Lenine, Hitler, Estaline, Castro, Che Guevara, Chiap, Mao, e, por outro, Napoleão, Lincoln, Churchill, F. Roosevelt, Eisenhower, com posições contraditórias sobre a relação entre os conflitos armados e os direitos humanos, estes na sua versão da salvação laica que o direito positivo consagrara, e com leituras contraditórias sobre um residual *direito humanitário* sobrevivente ao facto, denunciado pelo Padre António Vieira, de que na guerra nem Deus nos altares está seguro.

O facto é que o avanço da ciência e da técnica, posto ao serviço dos poderes políticos dinamizadores do modelo de Estado em movimento, colocou ao dispor dos combates as armas de destruição maciça, começando pela domesticação da energia atómica. O bombardeamento que produziu o que foi chamado *Horror Atómico* em Hiroshima, em 6 de Agosto de 1945, repetido pelo bombardeamento de Nagasaki em 9 de Agosto, levou Sartre a advertir que a humanidade tinha, dali em diante, a responsabilidade de decidir se queria morrer ou continuar viva.

O voto a favor da vida com dignidade teve, na área de salvação laica, vozes como a de Mahatma Gandhi e de Mandela, uma espécie de santos do laicismo, de Martin

Luther King, e de Kofi Annan, que na entrada do angustiante milénio em que nos encontramos, desenvolveu um “esforço global pela supremacia da lei”. Discursando em 21 de Setembro de 2004, na Sede da ONU, lembrando a famosa Declaração do Milénio do ano anterior, diria: “ A visão de um *governo de leis e usos dos homens*, é quase tão antiga como a própria civilização ... Assistimos (porém) repetidamente ao vergonhoso desrespeito de leis fundamentais – as que ordenam o respeito pela vida de inocentes, dos civis, dos vulneráveis – particularmente das crianças... Nenhuma causa nem nenhuma reclamação, por legítima que seja, pode justificar tais actos. Envergonham-nos a todos.”

Da memória da guerra de 1939-1945, que custou cinquenta milhões de mortos, sobrevivia a evidência da total ineficácia do *projecto de salvação laica*, com os campos de concentração, o genocídio, o Gulag apenas denunciado durante a Guerra Fria, o desamparo de milhões de homens, de mulheres, de crianças, aos quais apenas restava a total desistência ou o apelo aos céus, a oração ou a revolta sem horizonte, a âncora da esperança com a descida aos infernos antes da morte. Como sublinhou Józef Lyczynski, com a queda do sovietismo em 1989 desapareceu a maior forma institucional de agressividade contra a religião.

Mas isso não impediu que a inclusão de valores religiosos nos conceitos estratégicos de poderes em conflito, mantivesse presença: o longo martírio da Irlanda do Norte continuou, e, no que toca ao conflito entre o Estado de Israel e o projecto de Estado para os palestinianos, lembramos que já em 1192, Ricardo e Saladino negociavam o destino de Jerusalém, com o primeiro a sustentar que não podiam os cristãos renunciar à cidade, e o segundo a não renunciar porque ali seria o lugar do encontro para o Dia do Julgamento final. A Secretária dos Negócios Estrangeiros dos EUA, Albright, comentou que “ oitocentos anos mais tarde, também as nossas negociações sofreram um colapso”

Aos conflitos militares que duram no tempo, como no Iraque e Afeganistão, aos crimes contra a humanidade designadamente no Sudão, à criminalidade transnacional, à pirataria marítima, às migrações descontroladas, à geografia da fome cada vez mais abrangente de novos territórios, ao colapso do sistema financeiro mundial, às suas consequências colaterais na economia real, esta com o cortejo de efeitos catastróficos na estrutura das sociedades civis, somou-se a angustiante evidência de que o globalismo não tem governança confiável.

As vozes que clamam por um *regresso aos valores*, com intervenção relevantíssima da UNESCO, apelam para o revigoramento da *salvação laica* inscrita nos textos fundadores da ONU. Mas isto numa data em que a capacidade de intervenção e prestígio da organização estão debilitadas, o Conselho de Segurança deixou de corresponder à *balança de poderes* que se multiplicaram, e a Assembleia-Geral reúne a representação de 192 países, a maioria dos quais exerceu pela primeira vez a voz própria que a descolonização lhes concedeu, e fazem leituras desencontradas dos textos,

salvaguardando-se por enquanto a valia de a ONU ser o único lugar do mundo onde todos falam com todos.

É nesta circunstância que recordo que o notável Secretário-Geral Hammarskjöld, morto em serviço no antigo Congo Belga, organizou na sede da ONU uma Sala de Meditação para todas as religiões, sala despida, organizada ao redor de uma pedra branca sobre a qual incide um raio de luz. Uma pedra que parece a primeira de um alicerce que ficou de reserva para recurso dos povos, nesta crise sem precedentes na história da Humanidade.

O apelo à transcendência generaliza-se, mas com o conflito de duas percepções: uma que proclama exercitar a força ao serviço de Deus, que premeia os seus mártires; outra virada para a consagração das vontades à inspiração dos valores que exigem a rectidão dos procedimentos dos responsáveis, dos líderes e dos povos.

Os EUA, que, com a Administração republicana, adoptaram o unilateralismo na luta contra o que chamam o *eixo do mal*, tem, no seu ritual do Estado, a prece, que todos os responsáveis políticos proferem, *God Bless America*: não se trata de proselitismo, não se trata de incluir valores religiosos no conceito estratégico, trata-se de manter acesa a luz que conduz a acção; mas Ben Laden, ao inscrever valores religiosos no conceito estratégico da rede terrorista, visa cumprir um imperativo divino de destruir os infiéis, incluindo os inocentes.

Isto passa-se na data em que a tese do *conflito das civilizações* de Huntington tem reflexo nas meditações de alguma da moderna *Polemologia* militar, que enumera regiões, todas com referência à transcendência, justamente com a excepção dos ocidentais: região ortodoxa, região muçulmana, região budista, região hinduísta, e finalmente *Ocidente*.

Trata-se da área onde o Projecto de Constituição Europeia, hoje na versão de Tratado de Lisboa, recusou referência aos valores da cristandade, e onde o projecto ideológico da *salvação laica* apoia um relativismo extremo.

Mas é um espaço onde se afirma a geral conclusão estatística de que diminui aceleradamente a declaração de pertença a religiões institucionalizadas, movimento acompanhado pelo crescimento, também acelerado, do apelo à transcendência assumido por movimentos heterodoxos, desordenados, por vezes inquietantes, mas todos vinculados à mesma angústia: a falência da governança, baseada na salvação laica, obriga a erguer as mãos em súplica para os céus.

É para responder a esta situação que se fortalecem os movimentos de regresso à ética, fundamental para restabelecer a confiança sem a qual não existe sociedade civil pacífica, não existe relação confiável entre a sociedade civil e o poder político, não existe comunidade internacional em paz.

Um homem como Malraux deteve-se a analisar a situação criada pelo processo da salvação laica, para concluir que o século XXI será religioso ou não será. Por seu lado, o inquieto Huntington com a identidade da América, notou que “os seculares modelos de Estado ocidentais estão a ser desafiados e substituídos.” E finalmente Edward O. Wilson, no famoso livro intitulado *Consilience, The Unity of Knowledge* (1998), convida a meditar sobre a negociação entre Metistófeles e Fausto: “From Christopher Marlowe’s Play to Goethe’s epic poem the bargain was essentially the same: earthly power and pleasure in exchange for your soul...Marlowe upheld Protestant piety, Goeth the ideal of humanism.”

Uma das perspectivas correntes do arranjo mundial dos poderes políticos antecipa, um pouco na esteira de Huntington, e como notamos, que o protagonismo será de regiões, identificadas pela previsão de Malraux: *região budista; região induísta; região muçulmana, região ortodoxa, e Ocidente*. Nesta antiga sede do governo do mundo, o relativismo apaga a vontade política da referência à transcendência, e por isso não é de estranhar que aqui se levantem as vozes que reclamam, com a UNESCO um regresso à *ética* e aos valores, outras o regresso à transcendência que moldou o património imaterial do ocidente, e à substituição do combate dos poderes militares pelo diálogo, compreensão, e convergência na diversidade: tudo a favor da retoma de um desenvolvimento humano sustentado, que é, no dizer de Paulo VI, o outro nome da paz.

Entre todas, destacou-se a voz de João Paulo II, experiente da força da fé para libertar o seu povo polaco e contribuir para a queda do Muro de Berlim, convicto de que o apelo à transcendência exige a convergência de todas as religiões monoteístas, apoiadas em valores participados, para que o povo da casa comum, que é a Terra, evolua de multidão para um novo civismo global.

Por isso é uma página de evangelização fundamental a sua Nova Mensagem de Assis, que assim chamei porque foi naquela cidade santa que lançou o seu apelo, que reuniu as várias confissões em comunhão, que consagrou a mensagem de que o século XXI ou será religioso ou não será. Recordo as cerimónias fúnebres que decorreram na Praça de S. Pedro, o caixão de madeira, e sobre ele os Evangelhos que uma brisa suave ia desfolhando, a recordar que no princípio era o verbo.

(Comunicação apresentada em Seia
a 14 de Novembro de 2009)